



Apresentação

O dossiê temático teve como intuito de congregiar pesquisas e reflexões em que a articulação entre gênero, sexualidade e saúde se fazem presentes. Assim, por meio de uma perspectiva transdisciplinar os diferentes artigos reafirmam o compromisso de seus/suas autores/as com uma proposta crítica, pós-crítica e/ou interseccional sobre saúde e sexualidades na contemporaneidade. Acreditamos que o tempo histórico presente nos apresenta provocações instigantes para novas reflexões e análises em um campo temático histórico na área das Ciências Humanas e Sociais em contínua expansão.

Ao nos inspirarmos na linguagem cotidiana e amplamente utilizada pelas/os LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersex, Assexuais, Agêneros e mais outras identidades políticas não aqui representadas), quisemos chamar a atenção para os aspectos éticos, estéticos, políticos, simbólicos, que cercam o debate sobre saúde no Brasil à luz dos estudos de gênero e sexualidade. Acreditamos que o complexo cenário político-pandêmico por nós vivenciado ao longo dos últimos dois anos (tomando como marco a descoberta dos primeiros casos de Covid-19 no país em março de 2020), caracterizado por uma grave crise sanitária e humanitária, pela disseminação de fake-news, pelo ataque e desmantelamento das políticas públicas orquestrado pelo atual governo federal, pelo crescimento do movimento negacionista e anti-vacina, pela moralização das políticas de saúde e do debate sobre direitos sexuais e reprodutivos, pela desqualificação de docentes e discentes de Universidades Públicas e de



pesquisadoras e pesquisadores dos principais Centros de Pesquisa nacionais, tornam-se elementos privilegiados para uma análise crítica (OLIVEIRA, MARTINS, SILVA, 2021)¹.

Não por acaso uma expressão recorrente ao longo da pandemia, tanto em experiências online como offline, foi “VivaoSUS”, nos permitindo discutir a respeito de articulações criativas em defesa de políticas públicas em um contexto transnacional cada vez mais caracterizado por neoliberalismos e conservadorismos diversos. Em relação ao Brasil, em um período pandêmico da Covid-19 em que as eleições presidenciais se aproximam e se reafirmam políticas de pânico moral, as diferenças de gênero e sexualidade no campo da saúde parecem nos provocar ainda mais a produzir análises comprometidas com a crítica sobre a produção das diferenças. Afinal, sabemos da importância e da necessidade da inclusão das múltiplas experiências de gênero e sexualidade em pesquisas e políticas públicas LGBTQIA+, ainda mais em tempos pandêmicos. (SIGNORELLI et. al, 2021)².

Nesse exercício crítico-reflexivo apelar para uma (est)ética do “bapho” e do “babado” nos permite não perder de vista os modos pelos quais sujeitos e/ou coletivos marcados pelo gênero e a sexualidade atuam, tencionam, disputam, negociam, agenciam concepções próprias de corpo,

¹ OLIVEIRA, Esmael Alves de; MARTINS, Catia Paranhos; SILVA, Marcos Antônio da. “Coronacrise”: reflexões sobre alguns efeitos necropolíticos de/em uma pandemia e os desafios para as Ciências Humanas e Sociais em Saúde. *TOMO* (UFS), Sergipe, v. 39, p. 19-44, 2021.

² SIGNORELLI, Marcos; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otavio; OLIVEIRA, Daniel Canavese de; MISKOLCI, Richard; POLIDORO, Mauricio; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. The health of LGBTI+ people and the COVID-19 pandemic: A call for visibility and health responses in Latin America. *Sexualities*, London, v. 24. n. 8, p. 979-983, 2021.



cuidado e saúde. Quando nos referimos a coletivos queremos dizer grupos organizados ou não, identitários ou não, mobilizados ou não, auto-compreendidos enquanto grupo ou não. A inspiração baphônica e babadeira aqui está para além dos seus usos originários, nos ensinando a pensar e aglutinar processos de agenciamentos inclusive não relacionados com o que se tem identificado como LGBTQIA+.

É importante dizer que, de longa data, as Ciências Humanas e Sociais, a partir de uma diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas, têm revelado o quanto as compreensões em torno das noções de corpo e saúde estão sustentadas em pressupostos generificados e sexualizados. Essa prática científica inegavelmente também trouxe contribuições para contextos muito além do campo acadêmico, influenciando iniciativas legais que cada vez mais precisam ser fortalecidas, como, por exemplo, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 1999)³.

Especificamente ainda com relação ao Brasil, atualmente são inúmeros os temas de pesquisa na interface gênero, sexualidade e saúde, onde encontramos o protagonismo de diferentes gerações de pesquisadoras e pesquisadores, que pertencentes a distintos campos disciplinares, têm se voltado aos temas: gênero e saúde mental; saúde da população LGBTQIA+; transexualidades; gênero e pandemias; gênero, sexualidade, saúde e marcadores sociais de diferença; saúde e ativismos

³ BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.836 de 1 de dezembro de 2011. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: MS, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html Acesso em: 01 jun. 2022.



digitais, educação e saúde, dentre outros (LOPES, OLIVEIRA, OLIVEIRA, NASCIMENTO, 2020)⁴.

Diante de um cenário tão complexo e desafiador, as contribuições críticas aqui presentes, sustentadas em seus respectivos referenciais teórico-metodológicos, evidenciam não apenas a dinamicidade de um campo em expansão e contínua atualização, mas também a importância do compromisso das Ciências Humanas e Sociais com a evidenciação e desnaturalização dos dispositivos e sistemas produtores de opressão, desigualdade e exclusão. Ao mesmo tempo, nos permitem compreender que, apesar da reiteração das normatividades, há uma intensa produção e proliferação de múltiplas formas de resistência (ACOSTA, DUQUE, 2021). Em tempos tão necropolíticos, em que a extrema direita no Brasil e no mundo volta-se com a força do ódio contra nossos corpos/as, nossos gêneros, nossas sexualidades, nossas identidades de gênero, nossos desejos, nossas formas de vida, nossos direitos historicamente conquistados, em que a medicalização da vida emerge como estratégia biopolítica de governo dos corpos e das formas de vida, há que reafirmarmos nossos corpos, nossas saúdes e nossas existências “não vão morrer” (NASCIMENTO, 2020).

No instigante “Uma (anal)ise da repercussão sobre a ozonioterapia retal como tratamento de Covid-19”, tomando como pano de fundo as repercussões do uso da ozonioterapia retal como tratamento de Covid-19 no Brasil, por meio da análise de materiais coletados na internet, Igor Martins e Mariane Pisani evidenciam, à luz das teorias de

⁴ NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. Eu não vou morrer. *Inter-legere* (UFRN), Natal, v. 3, n.28, p. 1-22, 2020.



gênero e sexualidade, os limites e arbitrariedades das lógicas do regime heterocentrado e que, de acordo com os autores, passam pelas tentativas de controle do cú.

Em “Muito Mais Que Uma Festa’: As Paradas LGBT de Sergipe como um espaço de produção de saúde”, tomando como lócus de análise uma Parada da Diversidade realizada em Sergipe, os autores Gladston Passos e Marcos de Melo, ao articularem memória do ativismo LGBT em torno do HIV/Aids com o evento, questionam as compreensões da Parada como algo meramente festivo. Ao contrário, apontam para a possibilidade de pensar esses espaços de luta e visibilidade como lócus privilegiado para a produção de saúde.

Por sua vez, Daniella Mesquita e Esmael Oliveira, em “Transviar Saúde(S) ou Direito à Autodefinição na (e para além da) Saúde”, nos interpelam sobre a necessidade de ampliação do conceito de saúde. Tomando como ponto de partida o diálogo das/os autoras/es com ativistas do movimento social trans da cidade de Campo Grande-MS, suas concepções de corpo e saúde e demandas específicas, as/os pesquisadores alertam para a necessidade de superação de uma “inteligibilidade cisgênera, binária e heteropatriarcal” que ainda prevalece nas políticas de saúde.

Por meio de uma revisão integrativa, Rodrigo Broilo e Jaqueline Gomes de Jesus, no artigo “Acesso e permanência de pessoas trans e travestis ao Sistema Único de Saúde: uma revisão integrativa”, problematizam as barreiras sociopolíticas do acesso à saúde por parte da população trans. A partir do levantamento bibliográfico realizado, as/os autoras/es constataam que se por um lado há conquistas nas políticas de



saúde voltadas às pessoas trans, por outro “nem sempre esse acesso e permanência se efetivam.”

No artigo “Health policies for the LGBT population, cultural competence, and the organization for access to services: a systematic review”, Camila Freitas, Vinícius Carvalho, Naila de Jesus, Marcos Vinícius Bezerra, Adriano dos Santos, Cláudia Kochergin e Níliá Maria Prado, a partir de uma análise centrada nas produções acadêmicas sobre as políticas de saúde voltadas para a população LGBT na Austrália, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Portugal e Reino Unido, constata a existência de diversas barreiras organizacionais e que têm impactado a saúde das/os LGBTQIA+.

Em “A saúde da população LGBTQIA+ durante a pandemia da Covid-19: Revisão sistemática e análise de redes”, Mariluzá Bender, Michele Sott, Isadora Gonçalves, Suelen Freitas e Eduardo Saraiva refletem sobre os impactos da pandemia sobre a saúde da população LGBTQIA+. Ao analisarem pesquisas realizadas em diferentes países, os/as autores/as constata que, durante a pandemia, as ações em saúde, ao desconsiderarem as particularidades dos/as LGBTQIA+, tiveram como resultado o impacto na saúde mental e física desta população.

No artigo “Experiências de mulheres lésbicas e atitudes de profissionais de enfermagem nos serviços de saúde: Notas científicas”, Letícia Milanez, Ana Paula Nabero, Luís Felipe Ferreira, Francisco Lima, Adriane Silva, Breno Ferreira e José Ivo Pedrosa, a partir de uma revisão integrativa de literatura, investigam o modo como profissionais de enfermagem atuam junto às mulheres lésbicas buscando, assim,



demonstrar o quanto a formação dos/as profissionais de enfermagem ainda é atravessada por um “habitus heteronormativo”.

Por fim, em “Atravessamentos que constituem a compreensão da infertilidade em homens: uma revisão integrativa”, Ana Flavia Souza, Adriane Roso e Janine de Souza, também por meio de uma revisão integrativa, buscam compreender os modos como se constroem as compreensões sociais em torno da infertilidade masculina. A partir dos dados levantados, os/as pesquisadores/as concluem que, quando o assunto é saúde sexual e reprodutiva dos homens, ainda prevalece um modelo hegemônico de masculinidade.

Na sessão entrevista, contamos com a contribuição intitulada “Cruzando Tempo(S) e produzindo Memórias do Ativismo HIV/Aids no Brasil”. Trata-se de uma entrevista realizada pelos pesquisadores Esmael Oliveira e Tiago Duque junto ao antropólogo brasileiro Flávio Flávio Braune Wiik. Flávio, pesquisador destacado na área da antropologia da saúde no Brasil – sobretudo no campo da saúde indígena –, realiza um instigante resgate de suas memórias pessoais sobre a história do ativismo brasileiro de HIV/Aids a partir de sua inserção na ABIA ao longo das décadas de 1980-1990.

Esperamos que as/os leitoras/es se sintam estimuladas/os na produção de novas resistências analítico-reflexivas e no engajamento com a construção de modelos-ações de/em saúde ampliadas, inclusivas, libertárias e interseccionais.

Esmael Alves de OLIVEIRA

Tiago DUQUE

Patrícia Rosalba Salvador Moura COSTA